



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

Relatório da Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da Fenajufe com Sindicatos Filiados

Data: 10/06/2017

Horário: 10 horas às 18 horas

Local: sede da Fenajufe

Coordenadores Presentes: Alisson, Adriana, Cristiano, Helenio, José Costa, José Aristeia, José Everson, Julio Brito, Mara, Ronaldo, Saulo, Vicente.

Sindicatos presentes: Sindjufe/BA; Sinje/CE; Sintrajufe/CE; Sindjus/DF; Sinjufego/GO; Sintrajufe/MA; Sitraemg/MG; Sindijufe/MT; Sindjufe/MS; Sinjuspar/PR; Sisejufe/RJ; Sintrajurn/RN; Sintrajusc/SC; Sindiquinze/SP; Sindjuf/PA-AP; Sintrajuf/PE; Sindjufe/RO-AC; Sintrajufe/RS; Sindjufe/TO.

Mesa Diretora: Aristeia, Costa, Helenio, Vicente

Relatoria: Eliane Mendes

Composição da mesa: aprova a mesa com um membro de cada força que compões
Iniciou a reunião com o quórum atingido.

Pauta aprovada para discussão:

Desmonte do PJU

- a. Resolução 219/2016 do CNJ
- b. Rezoneamento na JE
- c. Questões emergenciais da JF e JT
- d. Consulta nº 41/2017
- e. Consulta nº 42/2017
- f. Greve Geral
- g. Ratificação das indicações do Encontro da JE, assim como a Comissão de Trabalho
- h. Informe da Situação do NS

Deliberações:

Resolução 219/2016 do CNJ

Reivindicar que os tribunais cumpram a resolução do CNJ sobre o comitê gestor, ou seja, que o servidor que compõe a comitê gestor seja eleito pelos servidores. (Denise). Fenajufe fazer levantamento dos tribunais que ainda não tem comitê de priorização do primeiro grau em funcionamento

Que a resolução não venha retroagir para prejudicar os servidores que já estão com sua situação estabilizada, devendo ser feita a distribuição daqui para frente.



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

Reivindicar que os tribunais defendam o PJU e MPU, não aceitando as imposições que trazem prejuízo a prestação jurisdicional e a sociedade, reduzindo e inviabilizando a realização da Justiça

Solicitar via ofício ao CNJ e a todos os Tribunais que suspendam todas as requisições de servidores na JF, JT e MPU. Garantir a realização de concursos públicos e nomeação de aprovados nos concursos em validade. Enviar modelo para os sindicatos

- Adriana registra desacordo

Solicitar via ofício ao CNJ e todos os Tribunais que equalizem a força de trabalho com o preenchimento dos cargos vagos priorizando os recursos orçamentários para o preenchimento, inclusive os recursos gastos com requisições de servidores de outras carreiras e não servidores públicos que ocupam cargos comissionados.

Trabalhar a crítica à Resolução 219/2016 em duas frentes:

- a. **Técnica/política** – ofício ao CNJ pedindo a retirada da resolução 219 e/ou revogar os efeitos, com a crítica aos critérios e fórmulas da resolução que em nosso entendimento não valorizam o 1º grau e inviabilizam o 2º grau. Orientar que os sindicatos tb enviem. (modelos)

Constar no ofício: pedido dilação do prazo, estabelecer critérios e forma de implementar

- b. **Político** – incorporar na luta geral a bandeira contra o desmonte PJU ao combate as reformas
 - i. 20/6 – esquentar greve geral como dia de combate ao desmonte do PJU com atos, AGs, seminários e paralisações com o tema do desmonte do PJU
 - ii. Buscar entidades Fenajud, Anamatra, Amatras, OAB, Ajufes nos estados e nacional e onde estiver associações advogados trabalhistas.
 - iii. Dia 30 – Greve Geral – incluir nos Eixos a Luta Contra o Desmonte do PJU chamando a categoria à adesão.

Rezzoneamento da JE

Fenajufe orientar os sindicatos a procurar os MP estaduais e DF e procuradores gerais estaduais em conjunto com as entidades representativas dos servidores estaduais para desencadear ações civis públicas

Articular com parlamentares projeto de Lei tendente a impedir/limitar o poder administrativo do TSE a extinguir zonas eleitorais.



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

Encaminhar aos sindicatos orientação para buscar apoio de prefeitos e de vereadores e, se possível, obter moções e atuação contra a extinção de zonas eleitorais (nenhuma ZE a menos).

Questões emergenciais da JF e JT

Posição contrária da Fenajufe à criação de turmas avançadas regionais no TRF 4 e Habilitação da Fenajufe como *amicus curiae* no processo do Sintrajufe/RS no CNJ

Fora Gilmar Mendes: combinar a denúncia contra o Rezoneamento com a denúncia do papel cumprido pelo ministro Gilmar Mendes no julgamento da chapa Dilma/Temer
audiência pública no Senado

Pedir aos sindicatos levantamento dos 3 pontos da intimação

Que o TRF 1 respeite o PSPR – concurso de remoção

Consulta 41/2017

7 a 2 incluiu o ponto consulta nº41/17 na pauta. Declaração de voto Cristiano

Ampliada dia 8/7 – mantém

Pauta da ampliada adequar com os encaminhamentos da reunião de hoje (acordo)

Consulta 42/2017

Solicita a participação de 3 titulares e 3 suplentes. Caso consiga o espaço, a direção resolve quem será indicado, podendo avaliar a pertinência de indicar servidor fora da direção (observando a especialidade).

Greve Geral

Fazer chamamento à categoria para a greve geral do dia 30/6 orientando assembleias para decidir a adesão e participação no esquentado do dia 20/6.

A pauta contra as reformas, eleições gerais - diretas já, fora Temer, em defesa da justiça do trabalho e do direito de greve e contra o desmonte do PJU.

Comunicar o Fonasefe sobre as resoluções Fora todos, Fora Temer, Eleições gerais – diretas já. Pegar as resoluções do Congrejufe, Plenária, Ampliada e dessa Executiva.

Ratificação do relatório do encontro da JE

A diretoria vai fazer esforço para apreciar ainda esta semana, tendo em vista a cobrança dos sindicatos.



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

Ratificação da comissão provisória até o próximo encontro

A comissão não é autônoma

A coordenação da comissão deve ser indicada

Orientar que os sindicatos já elejam os dois representantes da comissão (um da base e outro da direção) e já encaminhem para a Fenajufe os nomes.

As despesas dos membros da comissão é de responsabilidade de cada sindicato.

Nada mais havendo a tratar, lavro o presente relatório, que depois de lido e achado de acordo vai assinado por mim _____ Eliane Mendes, Secretária Política da Fenajufe e pelos coordenadores presentes na reunião do dia 10/06/2017. Brasília/DF, 10 de junho de 2017.

Helênio Porto Barros

Júlio César de Oliveira Brito

Cristiano Bernardino Moreira

Vicente de Paulo da Silva Sousa

José Everson Nogueira Reis (*em exercício*)

Ronaldo de Almeida das Virgens

José Aristeia Pereira

José Rodrigues Costa Neto

Mara Rejane Weber

Adriana Barbosa Rocha de Faria

Alisson Ribeiro

Saulo Costa Arcangeli

ANEXO I

Informes dos Sindicatos:

Sintrajurn/RN:

1- O Sintrajurn enviou dois representantes à Brasília . estiveram em Brasília entre os dias 16 e 19 de maio e viveram a turbulência que abalou o Planalto depois das acusações contra o presidente Michel Temer.

2- Os Servidores do Judiciário Federal no RN estiveram entre os mais de 150 mil manifestantes que ocuparam a Esplanada dos Ministérios na quarta-feira, 24 de maio,



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

para protestar contra as reformas Trabalhista e da Previdência e pedir o fim do governo Michel Temer.

3- Os Servidores do Judiciário estão tentando manter contato com os Parlamentares mas está havendo dificuldades nestes contatos.

Sintrajusc/SC:

1 - ASSEMBLEIA GERAL no dia 13 de junho, às 15 horas na Vara do Trabalho (av. Beira-Mar Norte) e às 16 horas na Justiça Federal (av. Beira-Mar Norte) em Florianópolis, SC, com os seguintes pontos de pauta: 1-Mobilização contra a Reforma da Previdência; 2-Reestruturação nos tribunais.

2 - SEMINÁRIO sobre desmonte da Previdência no dia 21 de junho (quarta-feira), às 19 horas, no auditório do TRT-SC, tendo como palestrante o especialista em Assuntos Previdenciários Luis Fernando Silva.

Sindjufe/MS:

MPT participa do Forum Contra as Reformas em MS organizado pelo Sindjufe

O procurador do Ministério Público do Trabalho – MPT Paulo Douglas Almeida de Moraes e o advogado especialista em Direito Previdenciário participam do Fórum Estadual Contra as Reformas Previdenciária e Trabalhista e contra a Terceirização, que será realizada em Campo Grande no dia 10 de junho a partir das 14 horas, no plenário da Câmara Municipal. O senador Paulo Paim (PT/MS) participa online do evento e encaminhará para o Senado a posição tomada em Mato Grosso do Sul.

O Fórum é uma organização do Sindjufe (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União), Comitê Estadual Contra as Reformas Previdenciária e Trabalhista, ADUFMS Sindical e Senado Federal. Conta também com o apoio da Prefeitura Municipal de Campo Grande, Câmara de Vereadores, Forum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização e vereador Betinho/PRB.

“Esta será uma oportunidade que a sociedade sul-mato-grossense terá para estudar profundamente as consequências das propostas de reformas previdenciária e trabalhista na vida de todos nós. Será uma oportunidade de participação de todos, inclusive nossos parlamentares da bancada federal, que estão convidados para participar, assim como todo cidadão e lideranças sindicais”, afirma Antônio César Amaral Medina, coordenador geral do Sindjufe/MS.

Elvio Vargas, um dos líderes do Comitê Estadual Contra as Reformas Previdenciária e Trabalhista afirmou que as autoridades convidadas para discursar sobre esses assuntos são de renome nacional. “Será uma grande oportunidade para tirar todas as dúvidas e se inteirar sobre as reais consequências dos itens das reformas que estão aí propostas e que, sem dúvida alguma, são altamente nocivas aos trabalhadores brasileiros”, afirma.



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

Os organizadores esperam o comparecimento maciço de sindicalistas, parlamentares e formadores de opinião em geral não apenas de Campo Grande, mas de todo Mato Grosso do Sul.

Contato: Medina – 99947-7334 / Elvio 99284-5428

Sintrajuf/PE:

13 de junho: assembleia para delibera adesão à greve geral do dia 30 de junho;

veja calendário de assembleias setoriais

É hora de parar o Brasil mais uma vez contra as reformas previdenciária e trabalhista do Governo Temer. Vamos deliberar sobre a nossa adesão à greve geral marcada pelas centrais sindicais para o dia 30 de junho. A assembleia geral será na terça-feira, dia 13 de junho, às 19h, na sede do Sintrajuf/PE. Não deixe de comparecer.

Assembleia Geral

Quando: 13 de junho

Local: Rua do Pombal, 52

Horário: 19h

Assembleias setoriais para organizar mobilização

Vamos organizar em cada local de trabalho como será a mobilização na greve geral do dia 30 de junho. Não deixe de participar dos encontros deliberativos. Só com a nossa força e união poderemos barrar essas propostas nefastas do governo Temer. Veja o calendário de assembleias setoriais:

TRT – dia 14, às 11h (em frente à guarita interna)

Fórum Trabalhista da Imbiribeira – dia 14, às 14h

(em frente à 10ª VT)

TRE - dia 19, 16h (hall de entrada)

TRF - dia 20, às 14h (entrada principal)

JF - dia 21, às 14h (hall de entrada)

JEF – dia 26, às 14h (3o andar - a confirmar)

Sitraemg/MG:

Em atenção à solicitação da Fenajufe, o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais - SITRAEMG - informa que:

1. Participa da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência
2. Participa de diversas atividades externas que discutem questões relacionadas à Reforma da Previdência
3. Participa das manifestações convocadas por outras entidades, como por exemplo, a Greve Geral do dia 28 de abril e Ocupa Brasília, inclusive viabilizando a participação da categoria e outros servidores/trabalhadores por meio de caravanas



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

4. Recentemente enviou ofícios a todos os deputados federais da bancada de Minas cobrando posicionamento objetivo sobre, principalmente, a Reforma da Previdência
5. Já se reuniu com diversos deputados para cobrar posicionamento contrário às reformas
6. Já realizou diversos seminários com o tema Reforma da Previdência
7. No momento não há seminário ou assembleia previstos para discutir sobre as Reformas
8. A Diretoria eleita no último dia 24 de maio assumiu oficialmente no dia 01 de junho de 2017 (veja abaixo a relação de todos os membros)

Veja algumas matérias publicadas recentemente:

<http://www.sitraemg.org.br/sitraemg-cobra-posicao-dos-deputados-federais-mineiros-em-relacao-pec-28716/>

<http://www.sitraemg.org.br/filiado-faz-corpo-corpo-com-parlamentares-contr-reforma-da-previdencia/>

<http://www.sitraemg.org.br/delegacao-do-sitraemg-vai-se-encontrando-na-grande-manifestacao-contr-as-reformas/>

<http://www.sitraemg.org.br/deputados-eros-biondini-marcelo-alvaro-antonio-e-subtenente-gonzaga-garantem-votar-contr-reforma-da-previdencia/>

<http://www.sitraemg.org.br/deputados-laudivio-carvalho-sd-leonardo-monteiro-pt-e-julio-delgado-psb-se-posicionam-contr-reforma-da-previdencia/>

Composição da Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais – SITRAEMG – Gestão 2017-2020

Carlos Humberto Rodrigues (JF) – Coordenador Geral
Célio Izidoro Rosa (TRT) – Coordenador Geral
Igor Yagelovic (TRE) – Coordenador Geral
Nestor Santiago Santos (JF) – Coordenador de Finanças
Henrique Olegário Pacheco (TRT) – Coordenador de Finanças
Adriana Maria de S. Mesquita (TRE) – Coordenadora Executiva
Artalide Alves Lopes (TRT/Aposentada) – Coordenadora Executiva
Hélio Ferreira Diogo (TRT) – Coordenador Executivo
Elimara C. Bernades Gaia (TRT) – Coordenadora Executiva
Dirceu José dos Santos (TRT/Aposentado) – Coordenador Executivo
Paulo José da Silva (TRT) – Coordenador Executivo
Fernando Soares Guetti (TRE) – Coordenador Regional
Rogério Heitor da Silveira (JF) – Coordenador Regional
Gilson Martins de Melo (JF) – Coordenador Regional
Wallace Marques Coelho (JF) – Coordenador Regional
Olavo Antônio de Oliveira (JM) – Coordenador Regional
Sandro Luis Pacheco (TRE) – Coordenador Regional



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

Sindjufe/BA:

02/06 - Debate sobre rezonamento, extinção de zonas e medidas tomadas pelo presidente do TSE;

07/06 - Assembleia Setorial TRT (Comércio), às 13h30;

08/06 - Assembleia Setorial Justiça Federal (JEFs), às 13h30;

09/06 - Assembleia Setorial por Cidade (Feira de Santana), às 13h;

14/06 - Assembleia Geral TRT (Nazaré), às 13h30;

20/06 - "Esquenta Pré Greve" - ato público que será realizado em frente ao TRT (Comércio) em defesa do TRT, pelo "Fora Temer" e contra as reformas Trabalhista e Previdenciária;

Ats,

Taiana Silva

Imprensa SINDJUFÉ-BA

Sindijufe/RO-AC:

Levantamento da posição das Bancadas Federais de Rondônia e Acre feita pelo Coordenador Alisson à Fenajufe para publicação nas mídias da Federação.

Os informes para a Reunião Ampliadinha que ocorrerá amanhã em Brasília, sendo eles:

- 1) O Sindijufe-RO/AC aferiu o posicionamento das Bancadas Federais de Rondônia e Acre no dia 23/05/2017, mediante visita em todos os Gabinetes em Brasília, acerca da Reforma da Previdência;
- 2) O Sindijufe-RO/AC está integrando o FETRARON – Fórum Estadual dos Trabalhadores de Rondônia que congrega 28 Entidades Sindicais e da Sociedade Civil Organizada e conjuntamente com o referido Fórum está desenvolvendo ações contra as Reformas Trabalhista, Previdenciária e a Terceirização, dentre elas a colocação de outdoors em todo o Estado de Rondônia por 30 dias, a Realização de Reunião conjunta com a Bancada Federal de Rondônia no dia 26/06 e organização, planejamento e realização conjunta da Greve Geral do dia 30/06/2017;
- 3) O Sindijufe-RO/AC está promovendo a difusão através das redes sociais dos conteúdos que esclarecem a população dos efeitos maléficos das Reformas da Previdência e Trabalhista, bem como os conteúdos que esclarecem a desnecessidade de realização das referidas Reformas;
- 4) O Sindijufe-RO/AC está integrando os Comitês de Atenção Prioritária da Primeira Instância instituídos pelo TRF1 e TRT14 por força da Resolução 194 do CNJ, onde são debatidas políticas que visem o aprimoramento dos Serviços nas instâncias iniciais do Judiciário Brasileiro;
- 5) O Sindijufe-RO/AC está integrando o MAS – Movimento Acorda Sociedade e desenvolvendo ações contra a Reforma Tributária;

Sindjuf/PA-AP:



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

Informamos que o Sindjuf-PA/AP, por meio do seu comando de mobilização, deliberou as seguintes ações:

12 a 22/06 - Assembleias setoriais para convocar e mobilizar a categoria para a Greve do Dia 30 de Junho.

23/06 – Assembleia Geral Extraordinária para referendar participação da categoria na Greve do Dia 30 de Junho.

26 a 29/06 – Visita aos locais de trabalho com o objetivo de reforçar a chamada para a Greve do Dia 30 de Junho

O Comando de mobilização do Sindicato se reúne todas as terças-feiras na sede da Entidade.

Atenciosamente
Tainá Lima

ASCOM SINDJUF-PA/AP

Após a publicação da Portaria 372 do TSE, alterada pela Resolução 23520 do TSE, o Sinjuspar passou a atuar fortemente no sentido de evitar sua implantação. Para isso está mantendo contato constante com a Presidência do TRE-PR e políticos Paranaenses, a fim de somar forças no sentido de garantir a manutenção do atendimento aos cidadãos e na defesa de eleições democráticas, com um sistema de fiscalização eficiente para se evitar fraudes e abuso do poder econômico. Também foi orientado a todos os servidores das zonas eleitorais do interior do Paraná a procurarem Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, a fim de envolvê-los na campanha em defesa da Justiça Eleitoral.

Dia 24/05 – Os Coordenadores Paulo Cezar e Glaucio e os servidores da Justiça Eleitoral do Paraná Sueli Bissi e Jaime Nunes Filho participam, em Brasília, com representantes da AMB, Presidente do TRE-PR e dos demais Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel) de reunião para discutirem o rezoneamento proposto pelo TSE na Portaria 372/2017 e os malefícios que ela causará ao bom funcionamento da Justiça Eleitoral no âmbito nacional.

Também trabalham no Plenário do Congresso Nacional visitando os parlamentares paranaenses expondo as injustiças do rezoneamento e PEC 287

Dia 05/06 - A servidora Sueli Bissi do Justiça Eleitoral de Campo Mourão e integrante da Comissão montada pela Fenajufe para discutir os assuntos relacionados ao referido ramo, participa de reunião com o DG do TSE para discutir o rezoneamento.

Dia 06/06 – O Coordenador Paulo Cezar Silva dos Santos e a servidora Sueli Aparecida Bissi da Justiça Eleitoral de Campo Mourão participam de reunião com o advogado Rene Dotti, em Curitiba, para estudarem possíveis medidas jurídicas contra o nocivo projeto de rezoneamento proposto pelo TSE, se reunindo no mesmo dia com o Presidente do TRE-PR para discutir o mesmo assunto.



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

Sinjuspar/PR:

Informamos que realizamos assembleia nesta quinta-feira, 08/06, na qual a categoria deliberou ser totalmente contra a aplicação da Resolução 219/2016 do CNJ, conforme trecho da ata (ainda em revisão) a seguir transcrito:

"3.1 A categoria, por unanimidade, posicionou-se integralmente contra a aplicação da Resolução 219/2016 do Conselho Nacional de Justiça ao TRT da 7ª Região, tendo em vista que a medida: desconsidera a saúde dos servidores (provocará, como qualquer mudança prejudicial, abrupta e contra a vontade, adoecimento generalizado); desconsidera a dignidade do servidor e de suas famílias (colocando a sua lotação e seu projeto de vida à mercê de gatilhos matemático-estatísticos); distribui injustamente a força de trabalho (prejudicando unidades mais produtivas e gerando desmotivação); desconsidera que a estrutura atual da primeira instância já apresenta desempenho satisfatório no ranking comparativo com outros tribunais; desconsidera que, mesmo com a estrutura atual, a segunda instância não tem apresentado resultados tão bons quanto o primeiro grau; tenta estruturar a primeira instância a partir da demolição da segunda instância; parte da premissa equivocada de há contingente suficiente de servidores no TRT/CE; coloca nas costas apenas dos servidores os ônus decorrentes de uma suposta "necessidade do serviço" flexível e constantemente mutante; pressupõe que o remanejamento de servidores da segunda para a primeira instância será com o único objetivo de elaborar minutas de sentenças, decisões e despachos (o gatilho do CNJ leva em conta o "congestionamento" das instâncias, ou seja, índice relativo ao percentual de julgamento de processos), quando nem todos os servidores possuem conhecimentos jurídicos, interesse ou estão habilitados para desempenhar tais atividades; ignora a estrutura e a regulamentação próprias elaborada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho para a Justiça Laboral, já implementada em grau avançado no TRT/CE; dentre outros motivos. A Diretoria Executiva ficou responsável por elaborar documento com a fundamentação que leva os servidores a serem contra o normativo e informar à Presidência do Regional.

3.2 A Diretoria buscará informações sobre qual a posição do cumprimento da referida Resolução nos demais tribunais."

A Presidência do TRT da 7ª Região quer, nem que seja, implementar parcialmente a referida Resolução, estando em curso debates, reuniões e, muito provavelmente, uma dura batalha. Os servidores estão apreensivos e extremamente preocupados com a implementação da resolução e suas consequências.

Sindissétima/CE:

O Sindissétima está pronto para a luta.

Aproveitamos para solicitar que a Fenajufe realize o levantamento de informações, inclusive no que diz respeito aos tribunais estaduais, acerca de como está o processo de implementação do normativo do CNJ nas Cortes. A constatação de um descumprimento



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

generalizado dessa infeliz medida ajudará a respaldar o descumprimento da norma também pelo TRT/CE e por outros tribunais.

Cordialmente,

Charles da Costa Bruxel

Presidente da Diretoria Executiva do Sindissétima

Olá Eliane, segue o resumo das atividades do Sindiquinze na 15ª Região:

Sindiquinze/SP:

28/04 - GREVE GERAL: SINDIQUINZE PARTICIPA DE ATO COM MILHARES DE TRABALHADORES EM CAMPINAS

Com a grande mobilização feita nas últimas semanas, a Greve Geral deste histórico dia 28/04 é uma das maiores da história e uniu trabalhadores de praticamente todos os setores da atividade econômica. Em Campinas, o Sindiquinze, mesmo com a portaria de suspensão do expediente, fez dois grandes atos com servidores da Justiça do Trabalho em frente à sede do TRT-15 e Fórum Trabalhista. Por volta das 10h30, os servidores fecharam uma das vias da Avenida Norte-Sul. Por volta das 11h, os servidores da sede fecharam o trânsito na Rua Barão de Jaguará e caminharam pacificamente até o Largo do Rosário, onde milhares de trabalhadores se reuniram para um protesto contra as “reformas” do Governo Temer.

O ato em frente ao Tribunal foi liderado pelo Presidente do Sindiquinze, Zé Aristéia, e pelo Secretário Nilton dos Santos de Lima. Já no Fórum Trabalhista os diretores Ivan Bagini e Joaquim Castrillon comandaram os protestos dos servidores, que receberam o apoio de Juízes do Trabalho, procuradores do MPT, advogados trabalhistas e trabalhadores públicos municipais.

Outras cidades

Em vários fóruns trabalhistas e varas os servidores realizaram atos contra as “reformas” da Previdência, trabalhista e em defesa da Justiça do Trabalho.

05/05 - SERVIDORES: GOVERNO DIZ QUE “REFORMA” ATACA PRIVILÉGIOS

Representantes de servidores públicos avaliam que o relatório da reforma da Previdência (PEC 287/16), aprovado no dia 3 de maio, na comissão especial da Câmara, penaliza fortemente o servidor público, principalmente aquele que ingressou na administração pública antes de 2003. O Sindiquinze, juntamente com as demais entidades do serviço público, vai lutar para que a mudança seja derrotada em plenário.

Para os futuros servidores, o texto fixa idades mínimas de aposentadoria de 62 anos para a mulher e 65 anos para o homem. O tempo mínimo de contribuição será de 25 anos. Já os atuais servidores serão submetidos a regras de transição conforme a data de ingresso no setor público.

Deputados favoráveis à reforma consideram que os representantes dos servidores públicos defendem privilégios. “Aposentadorias precoces são o grande problema do



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

buraco da Previdência pública. São aposentadorias legais, mas injustas porque acontecem em torno dos 50 anos”, afirmou Darcísio Perondi (PMDB-RS), vice-líder do Governo.

Para o Secretário do Sindiquinze, Nilton dos Santos de Lima, os ataques do Governo Temer aos trabalhadores, em geral, e aos servidores públicos, em particular, demonstram que o único objetivo colocado das “reformas” é retirar direitos e ampliar os lucros dos bancos e seus planos de previdência privada.

09/05 - OCUPA BRASÍLIA: SINDIQUINZE ORGANIZA CARAVANA

Tendo em vista os encaminhamentos das reformas no Congresso e o chamamento das centrais para uma invasão a Brasília, no próximo dia 24 de maio, quarta-feira, quando está prevista a votação da “reforma” da Previdência pelo plenário da Câmara, o Sindiquinze fará sua caravana, com saída no dia 23 de maio.

Faça sua inscrição e participe pessoalmente da luta para garantir a sua aposentadoria! Chegou a hora de mostrar ao Governo Temer e a sua base aliada no Congresso que essa ‘avalanche’ de destruição de direitos tem o repúdio da classe trabalhadora, da qual fazem parte os servidores públicos.

Mobilização

O Presidente Sindiquinze e Coordenador-Geral da Fenajufe, Zé Aristéia, e o Secretário Nilton dos Santos de Lima participaram hoje à tarde de uma reunião do Fórum Nacional dos Servidores Públicos (Fonasefe), visando as manifestações contra as “reformas” das próximas semanas.

As entidades representativas dos servidores públicos estão integradas às mobilizações das centrais e movimentos sociais que lutam para impedir um retrocesso histórico em relação a direitos sociais, impedindo a aprovação das “reformas” da Previdência e trabalhista.

12/05 - ASSEMBLEIA DO SINDIQUINZE DECIDIRÁ PARALISAÇÃO NO DIA 24/05 PARA VIABILIZAR A CARAVANA

O Sindiquinze convoca para o dia 18 de maio, quinta-feira, na sede e nas subseções, uma Assembleia Geral Extraordinária que votará sobre a paralisação do expediente no dia 24 de maio para viabilizar a Caravana “Ocupa Brasília”. Neste dia, Brasília vai parar com a mobilização nacional organizada por centrais sindicais, movimentos sociais e entidades de classe contra as “reformas” da Previdência (PEC 287/16) e trabalhista.

A assembleia faz parte do calendário aprovado esta semana pela Fenajufe para dar continuidade e crescimento à mobilização após a vitoriosa Greve Geral realizada no dia 28/4.

18/05 - ASSEMBLEIA APROVA PARALISAÇÃO NO DIA 24/05 PARA CARAVANA “OCUPA BRASÍLIA”



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada pelo Sindiquinze no dia 18 de maio, na sede e nas subseções, os servidores da Justiça do Trabalho da 15ª Região aprovaram a paralisação das atividades no próximo dia 24 de maio, quando acontecerá a caravana “Ocupa Brasília”. Com o escândalo divulgado ontem à noite que atingiu diretamente o Presidente Temer e um dos seus principais apoiadores, o senador Aécio Neves, Presidente Nacional do PSDB, o ato contra as “reformas”, convocado pelas centrais sindicais e movimentos sociais para a próxima semana, ganhou força.

Em Campinas, a assembleia foi liderada pelo Presidente do Sindiquinze, Zé Aristéia. Além da paralisação no dia 24 de maio, foi aprovada a indicação para as centrais de greve geral de dois dias. Também foi autorizado ingresso do Sindiquinze na campanha por eleições diretas em caso de vacância do cargo de Presidente da República.

24/05 - SINDIQUINZE PRESENTE! “OCUPA BRASÍLIA” REÚNE MAIS DE 100 MIL CONTRA “REFORMAS” E GOVERNO PÔE EXÉRCITO NAS RUAS

Com forte repressão da Polícia Militar do DF, os manifestantes do “Ocupa Brasília” foram dispersados do gramado em frente ao Congresso Nacional com bombas de efeito moral, de gás lacrimogênio e balas de borracha. No entanto, cerca de 50 manifestantes mascarados, que, segundo os organizadores do ato – centrais sindicais e movimentos sociais – não faziam parte de nenhuma entidade, portavam paus, bombas caseiras e não foram repreendidos pela polícia, que optou por atacar a manifestação pacífica “Ocupa Brasília”. O ainda Presidente Michel Temer fez um decreto de “sobre a Garantia da Lei e Ordem”, algo utilizado contra o terrorismo, por exemplo, e também durante a ditadura militar, para colocar o Exército nas ruas da capital federal.

Os dirigentes e servidores associados do Sindiquinze participavam do protesto quando a polícia começou a lançar bombas contra os manifestantes. “Todos os que discursavam nos caminhões de som pelos quais passamos pediam calma, que o protesto era pacífico e que a polícia não tinha porquê atacar. Quando o deputado Vicentinho (PT-SP) falava e pedia calma, começaram a lançar bombas contra a multidão”, afirma o Secretário do Sindiquinze, Nilton dos Santos de Lima.

Diversos senadores de oposição que participaram dos atos garantem que a manifestação dos trabalhadores era totalmente pacífica até a polícia começar a atirar bombas e balas de borracha contra os cerca de 100 mil manifestantes. No entanto, cerca de 50 mascarados, também chamados de black blocks, agiam livremente na depredação de ministérios e órgãos públicos. Um caminhão de som com três senadores da oposição também foi alvo dos tiros da polícia.

Este governo corrupto e ilegítimo tentou estabelecer uma narrativa, com o apoio da grande mídia, para acabar com qualquer tipo de protesto, desviando a atenção e utilizando-se da força para permanecer no poder.

Os protestos contra as “reformas” e por eleições diretas vão continuar!

25/05 - SINDIQUINZE NA LUTA! “OCUPA BRASÍLIA” FOI HISTÓRICO E MOBILIZAÇÃO CONTRA “REFORMAS” VAI CONTINUAR



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

A Caravana do Sindiquinze chegou na manhã do dia 25 de maio em Campinas após participar do protesto histórico “Ocupa Brasília” no dia 24 de maio, na capital federal. O ato contra as “reformas” e por eleições diretas para Presidente da República reuniu mais de 100 mil pessoas, mas não foi completo por conta da repressão policial ordenada pelo Governo Temer. A mobilização das centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais contra as “reformas” vai continuar e vários atos já estão marcados em várias capitais e grandes cidades. Agora, mais do que nunca, além da presença maciça nas ruas de todo o País, é preciso vencer a “guerra da comunicação” e para isso as redes sociais são fortes aliadas.

O Governo Temer, com o apoio da grande mídia, do capital financeiro e com grande base no Congresso – alimentada nas últimas semanas com a liberação de emendas – dissemina que as “reformas” são necessárias para a Brasil voltar a crescer, que o déficit da Previdência põe em risco o futuro das aposentadorias e que a reforma trabalhista vai gerar empregos e fazer o Brasil voltar a crescer.

O Sindiquinze orienta os servidores e servidoras a buscarem informações sobre as “reformas” fora da grande mídia, que apoia o Governo e essa retirada de direitos em massa. Neste momento delicado e tenso da vida nacional, um governo corrupto e ilegítimo tenta, por meio da força, permanecer no poder e impor o maior retrocesso em termos de direitos aos trabalhadores e trabalhadoras, dos setores público e privado.

05/06 - SINDIQUINZE CONTRA A CENSURA NO JUDICIÁRIO

O Sindiquinze manifesta-se contra as atitudes do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, que apresentou reclamações disciplinares em face dos juízes do trabalho Jorge Luis Souto Maior, da 15ª Região, e Valdete Souto Severo, da 4ª Região. O motivo das reclamações foi a publicação do artigo “Mais uma do Ives: rifando Direitos Fundamentais e a Justiça do Trabalho”, assinado por ambos magistrados e publicado no site “Justificando”.

As reclamações foram encaminhadas às respectivas Corregedorias Regionais. Na 4ª Região, decidiu-se por arquivar o expediente, pois das condutas da magistrada não se verificou qualquer violação de deveres funcionais. Tal como diversos Ministros de Tribunais Superiores vêm fazendo, os juízes de 1º grau também possuem direito de manifestação sobre os temas das reformas previdenciária e trabalhista. No entanto, a Corregedoria Nacional de Justiça desconsiderou o ato regional e abriu as reclamações, determinando a instauração de Reclamação Disciplinar em conjunto contra os juízes Souto Maior e Valdete Severo.

O Sindiquinze se solidariza com os dois juízes do trabalho, concordando com as suas posições contrárias à retirada de direitos em massa e em defesa da Justiça do Trabalho, algo que o representante maior dela – Ives Gandra – deveria fazer, mas, ao contrário, está alinhado às forças conservadoras que tomaram o País.

O Sindiquinze está participando das mobilizações nacionais contra as “reformas” da Previdência e trabalhista, nesta luta que é de toda a classe trabalhadora.



FENAJUFE

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

*Atenciosamente,
Antonio Waldir Pecht Jr.
Assessor de Imprensa*

Sintrajufe/MA:

Sobre a Resolução CNJ 219/16, segue anexo uma resolução aprovada no âmbito do TRT/MA e publicada esta semana. Participamos com apenas 01 representante do sindicato na comissão que fez um estudo e definiu sua redação, que busca implementar em 04 etapas a resolução. O sindicato busca interferir ainda nos critérios que serão adotados e fará um acompanhamento sistemático da implementação, mas sabendo dos prejuízos que vão acarretar diante da falta de perspectivas de novas contratações e do corte no orçamento do tribunal.

Para Rejane Weber

[Handwritten signature]

RS

[Handwritten signature]

MD

[Handwritten signature]